

Os Ofícios da PGR

A **10 de Dezembro de 2004**, a PGR envia o seguinte ofício ao Banco de Portugal:

A fim de documentar processo em investigação criminal e uma vez que se encontra em causa nos autos uma infracção económico financeira de dimensão internacional, cometida de modo organizado, solicito informação sobre se o BANCO INSULAR - I F I, S A R L, que se afigura ser de Cabo Verde, tem autorização ou pedido para operar no nosso país.

A **27 de Dezembro de 2004**, a resposta do Banco de Portugal foi esta:

Referência: Of. Nº 4499/DGI
NUIPC 70/04.2TELSB
Assunto: Pedido de Elementos

Assinatura: 2004/12/10
Nº Referência: 10652/04/DGBRE
Proc. Nº: 3441/04
Data: 2004/12/27
Assinatura: [Assinatura]

Exmos. Senhores,

Relativamente à carta em referência, informamos V. Exas. de que a entidade designada por Banco Insular - IFI, S.A.R.L., não consta do nosso Registo.

A **15 de Junho de 2007**, a PGR volta a perguntar ao Banco de Portugal:

URGENTE

Processo:	Inquérito	Nº Referência: 1300689 Data: 15-06-2007
-----------	-----------	--

Assunto: Pedido de elementos:

Tenho a honra de solicitar a Vª Exª que se digna informar estes Serviços do Ministério Público, da existência de comunicação ou registo de intervenção do BANCO INSULAR, de Cabo Verde, em operações ativas ocasionais, realizadas em território nacional, desde 2004.

A resposta do Banco de Portugal, **11 de Julho de 2007**, foi novamente:

Referência: Of. Nº 4499/DGI
NUIPC 70/04.2TELSB
Assunto: Pedido de Elementos

Assinatura: 2007/06/11
Nº Referência: 10652/04/DGBRE
Proc. Nº: 3441/04
Data: 2007/06/11
Assinatura: [Assinatura]

Exmo. Senhor Procurador da República,

Reportando-me ao ofício em referência, informamos V. Exa. de que não temos conhecimento de envolvimento do Banco Insular em operações ativas ocasionais realizadas em território nacional.

A PGR insiste, a **25 de Julho de 2007**:

Com referência ao vosso ofício acima indicado, tenho a honra de informar V.ª Ex.ª que o nosso pedido de informações se fundava na existência de indícios do desenvolvimento, em território nacional, de operações activas, concessões de financiamento, a favor de pessoas e entidades residentes em Portugal, por parte do referido Banco Insular, instituição financeira internacional domiciliada em Cabo Verde.

Só então, a **2 de Janeiro de 2008**, vem uma resposta conclusiva do Banco de Portugal:

2008/01/02	2007/06/16	2008/01/02	2008/01/02
Assunto: Pedido de elementos			
Exmo. Senhor Procurador da República			
Reportando-nos ao ofício em referência, e em cumprimento da informação transmitida por este Banco através da carta n.º 0540/07/D8BDR, de 11 de Julho, vimos informar V. Exas. de que, posteriormente à data de envio desta carta, foram detectadas <u>duas transferências de fundos</u> que envolvem o Banco Insular SARL.			

Mas de quando datam essas transferências?

1 de Abril de 2004 e 28 de Julho de 2004, ou seja, anteriores ao primeiro ofício da PGR, ao qual o BdP respondeu negativamente.

A primeira consistiu numa transferência ordenada, no dia <u>1 de Abril de 2004</u> , pela sociedade Volipart SCPS, no valor de <u>11 milhões de Euros</u> , a partir da sua conta no Banco Português de Negócios para a conta do Banco Insular SARL na Caixa Económica Montepio Geral.
A segunda consistiu numa ordem de pagamento ordenada, no dia <u>28 de Julho de 2004</u> , pelo Banco Insular SARL, no valor de <u>seis milhões de Euros</u> , da sua conta na Caixa Económica Montepio Geral para a conta da sociedade Trustpart SCPS no então Crédito Predial Português (actual Banco Santander Totta).
Com os melhores cumprimentos,
BANCO DE PORTUGAL

E que fez o BdP, detectado isto? Aparentemente, mais nada.

No entanto, bastou ao Deputado João Semedo requerer, através da Comissão de Inquérito, que o Montepio enviasse os extractos desta conta e...

A conta do Banco Insular foi aberta em Setembro de 1998, no balcão das Amoreiras, em Lisboa. Havia uma conta bancária comum, à ordem do Banco Insular, onde se movimentavam regularmente centenas de milhares de euros. Estavam sujeitas a registo e mesmo assim o BdP não viu. Muito deste dinheiro era transferido para offshores da SLN ou dos seus administradores. Nem após divulgar o nome das empresas o BdP se apercebeu deste facto. Mas bastou ao Bloco de Esquerda fazer uma consulta no site do Ministério da Justiça para saber quem eram os administradores em causa.

Para além disto, existia desde 2004 na conta do Insular no Montepio uma conta de títulos à ordem da SLN - o que evidenciava já a relação do Insular com o grupo SLN.

Tudo isto o BdP não detectou.

Mesmo quando, em 2008, um funcionário do BdP envia ao BPN um mail a perguntar se este conhecia o Insular, a justificação para o envio deste mail é a seguinte:

"Curiosamente, a pessoa que enviou o *e-mail* nem se recordava tão pouco do envio desse *e-mail*. O *e-mail* de Junho, que, pelos vistos, no BPN, caiu como uma «bomba atómica», quem o expediu fez uma coisa inocente e inocente, porque desconhecia por completo que houvesse a ligação, simplesmente."

Sumário da Home:

O "caso BPN" e a Comissão de Inquérito ficaram marcados por questões que ficaram sempre por resolver.

De início, simples perguntas foram sendo confrontadas com depoimentos ou documentos contraditórios. Muitas delas foram tendo respostas cabais durante a Comissão - veja-se, por exemplo, as versões contraditórias de Dias Loureiro e António Marta sobre a reunião no Banco de Portugal.

Thumbnail Image:



Media Folder:

- [Media Root](#) ^[1]

Main Image:



Media Folder:

- Media Root ^[1]

Dossier:

Dossier 110: Caso BPN ^[3]

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/dossier/ins%C3%B3litos-do-banco-de-portugal-no-caso-bpn>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/topics/media-root>

[2] <http://www.esquerda.net/file/constancio2jpg-0>

[3] <http://www.esquerda.net/topics/dossier-110-caso-bpn>